

TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2015



Município de Descanso

Data de Fundação – 16/12/1956

População: 8.505 habitantes (IBGE - 2015)

PIB: 180,64 (em milhões)
(IBGE - 2013)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL	5
1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 1815/2016)	6
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	13
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	15
3.1. Apuração do resultado orçamentário	16
3.2. Análise do resultado orçamentário	16
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	17
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	25
4.1. Situação Patrimonial	25
4.2. Análise do resultado financeiro	25
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos	26
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	29
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	32
5.1. Saúde	32
5.2. Ensino	34
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	34
5.2.2. FUNDEB	35
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	38
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	38
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	39
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	41
6. CONSELHOS MUNICIPAIS	42
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)	43
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)	44
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	48
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	48
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	49

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)	50
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010	51
8. RESTRIÇÕES APURADAS	55
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2015	56
CONCLUSÃO	57
ANEXO	59
APÊNDICE	60

PROCESSO	PCP 16/00087350
UNIDADE	Município de Descanso
RESPONSÁVEL	Sr. Helio José Daltoe - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2015 - Reinstrução
RELATÓRIO N°	2951/2016

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Descanso, relativas ao exercício de 2015.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2015 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94, alterada pela Resolução nº TC-77/2013, e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Descanso, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 08/11/2016 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos

exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL

Procedido o exame das contas do exercício de 2015 do Município, foi emitido o Relatório nº **1815/2016**, integrante do Processo **PCP 16/00087350**.

Referido Processo foi tramitado ao Exmo. Auditor Relator, que decidiu devolver à DMU para que esta encaminhasse ao Responsável à época, Sr. Helio José Daltoe - Prefeito Municipal, no sentido de manifestar-se sobre as restrições contidas nos itens 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4, da conclusão do Relatório nº **1815/2016**, em observância ao disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, o que foi efetuado através do Ofício TCE/DMU nº 12.794/2016, de 16/08/2016.

Conforme solicitação do Exmo. Conselheiro Relator, o Prefeito Municipal, pelo expediente s/nº de 29/08/2016, apresentou alegações de defesa sobre as restrições contidas no aludido Relatório, estando anexadas às folhas 404 a 420 dos autos.

Assim, retornaram os autos a esta Diretoria para a devida reinstrução.

1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 1815/2016)

1.2.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

1.2.1.1 Déficit de execução orçamentária do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 156.156,68**, representando **0,84%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame, em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF (item 3.1).

(Relatório nº 1815/2016, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Resposta da Unidade constante às fls. 404/420.

Considerações da Análise Técnica:

Em sua manifestação o Responsável afirma que o déficit orçamentário apurado decorre de despesas empenhadas cujos recursos de convênios e/ou contratos de repasses firmados com os Governos Federal e Estadual não foram repassados na sua íntegra dentro do exercício de 2015.

Apresentou uma tabela constante à fl. 405, informando quais seriam os convênios e/ou contratos pendentes de recebimento ao final do exercício de 2015. Assim, segundo ele, se considerado os referidos valores a situação do Município seria superavitária.

Abordaremos a seguir, algumas considerações acerca dos convênios mencionados pelo Responsável como não recebidos até a data de 31/12/2015:

- **Convênio nº 816805/2015:** Este convênio firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Descanso, visando a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, no valor de R\$ 100.000,00, sendo que, o valor de R\$ 97.500,00 é de responsabilidade da CONCEDENTE, enquanto o valor de R\$ 2.500,00 seria a contrapartida da CONVENENTE.

Conforme consta no Portal da Transparência do Governo Federal(<http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=816805&TipoConsulta=1&UF=sc&CodMunicipio=8095&CodOrgao=22000&Pagina=&Periodo=>) a transferência do montante de R\$ 97.500,00 ao Município ocorreu somente na data de 28/06/2016 (fl. 425), confirmado pelo razão contábil da conta nº 647.332-1, extraído do sistema e-Sfinge, constante à fl. 427.

Registra-se que, conforme afirmação do Responsável as despesas no valor de R\$ 97.490,00 foram empenhadas e inscritas em restos a pagar no final do exercício de 2015 (empenhos nºs. 4118, 4119, 4120, 4121 e 4122/2015).

No entanto, constata-se que o empenho nº 4121/2015, no valor de R\$ 2.500,00, refere-se a contrapartida do município no convênio supracitada.

Assim, para o presente convênio, esta instrução passa a ressaltar o montante de R\$ 94.990,00 de recursos pendente de recebimento ao final do exercício de 2015.

- **Convênio nº 003576:** Este convênio firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Descanso, visando a execução do projeto de pavimentação das ruas Santo Estanislau, XV de Novembro e Humberto de Campos, no valor de R\$ 1.469.880,92 (fls. 429/449).

Em consulta ao Portal da Transparência do Governo Estadual (<http://www.sef.sc.gov.br/transparencia/gastop%C3%BAblico/consultas/436>), verifica-se que até a presente data, não foi realizado nenhum repasse ao Município referente ao convênio supracitado.

Com vistas a ratificar a informação no sentido de que não houve nenhuma transferência por parte do Estado de Santa Catarina ao Município em relação ao presente convênio, especialmente no exercício de 2015, o qual está sob análise, consultou-se o razão contábil das contas bancárias da Unidade e restou confirmado que nenhuma transferência de recursos do convênio nº 003576 foi encontrada.

Registra-se ainda que em contato com o contador da Unidade, este informou que a conta bancária que seria destinada ao repasse dos recursos conveniados (conta nº 15.242-0 - Banco do Brasil), foi encerrada ao final do exercício de 2015 em função de não ter havido nenhuma movimentação naquele exercício. Confirmou que nenhum repasse foi realizado até esta data, embora o município esteja realizando as despesas.

Vale destacar que, conforme afirmação do Responsável as despesas no valor de R\$ 294.955,34 foram empenhadas e inscritas em restos a pagar no final do exercício de 2015 (empenho nº. 4150/2015).

Assim, para o presente convênio, esta instrução passa a ressalvar o montante de R\$ 294.955,34 de recursos pendente de recebimento ao final do exercício de 2015.

Ante todo o exposto mantém-se a restrição com a devida ressalva de que o montante de R\$ 389.945,34 decorrentes de convênios, foi inscrito em restos a pagar no exercício em exame, e os recursos estavam pendentes de recebimentos ao final de 2015.

- 1.2.1.2 Déficit financeiro do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 1.048.861,16**, resultante do déficit financeiro remanescente do exercício anterior, correspondendo a **5,67%** da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (**R\$ 18.510.042,77**), em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF (item 4.2).

(Relatório nº 1815/2016, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Resposta da Unidade constante às fls. 404/420.

Considerações da Análise Técnica:

Inicialmente o Responsável se reporta aos convênios já citados no item anterior (1.2.1.1), os quais tiveram despesas empenhadas em 2015 enquanto os recursos não foram recebidos dentro do exercício.

Assim, quanto ao argumento inicial reportamo-nos as considerações expostas no item supracitado quando foi ressaltado que o valor de R\$ 389.945,34 decorrente de convênios, foi inscrito em Restos a Pagar no exercício em exame, sendo que os recursos não tinham ingressado até o final do exercício de 2015.

Ou ponto abordado pelo responsável se refere a convênios firmados em 2012 e 2014, cuja relação encontra-se à fl. 406, em que as despesas foram empenhadas e inscritas em restos a pagar, mas que existem valores pendentes de recebimento até o final do exercício de 2015.

Segundo ele, se considerado todos os valores de convênios pendentes de recebimento e que tiveram suas despesas empenhadas e inscritas em restos a pagar, o Município teria uma situação de superávit financeiro.

A seguir, abordaremos algumas considerações acerca dos convênios mencionados pelo Responsável (fl. 406) como pendentes de recebimento:

Desde já, vale destacar que os valores apresentados pelas Notas de Empenho nos 2036 (R\$ 98.341,64), 2296 (R\$ 222.711,55) e 3696 (R\$ 56.390,10) não serão considerados, tendo em vista se tratar de recursos próprios do Município de Descanso, a serem usados como contrapartida dos referidos convênios.

- **Convênio nº 232/2014:** Convênio firmado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste - SDR e o Município de Descanso, visando a reforma do ginásio municipal, no valor de R\$ 500.000,00.

Conforme consta no Portal da Transparência do Governo Estadual (<http://www.sef.sc.gov.br/transparencia/gastop%C3%BAblico/consultas/436>), houve a transferência de recursos para o Município no montante de R\$ 100.000,00 durante o exercício de 2014 (fl. 457), e o valor de R\$ 160.000,00 no exercício de 2015 (fl. 458).

Ressalta-se que a Unidade efetivamente empenhou no exercício de 2014 o montante de R\$ 500.000,00 (empenho nº 2295/2014), e que o valor de R\$ 240.000,00 está

devidamente registrada em restos a pagar no final do exercício de 2015.

Desta forma assiste razão ao Responsável no tocante aos argumentos apresentados em relação ao presente convênio.

- **Convênio nº 3402/2014:** Convênio firmado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste - SDR e o Município de Descanso, visando a reforma do ginásio municipal, no valor de R\$ 405.560,36.

Conforme consta no Portal da Transparência do Governo Estadual([http://www.sef.sc.gov.br/transparencia/gastop% C3 %BAblico/consultas/436](http://www.sef.sc.gov.br/transparencia/gastop%20C3%20BAblico/consultas/436)), houve a transferência de recursos para o Município no montante de R\$ 85.000,00 durante o exercício de 2014 (fl. 451), e não houve transferências de recursos no exercício de 2015.

Ressalta-se que a Unidade efetivamente empenhou no exercício de 2014 o montante de R\$ 405.560,36 (empenho nº 3697/2014), e que o valor de R\$ 405.560,36 está registrado em restos a pagar no final do exercício de 2015.

Cabe destacar que, embora tenha sido inscrito em Restos a Pagar no exercício em exame o valor de R\$ 405.560,36, referente ao Convênio nº 3402/2014, esta instrução faz a ressalva que somente o montante de R\$ 320.560,36 (R\$ 405.560,36 – R\$ 85.000,00) estava pendente de recebimento ao final do exercício de 2015.

- **Convênio nº 775918:** Convênio firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Descanso, visando a edificação de espaço para divulgação de produtos e de eventos da cultura local e regional, no valor de R\$ 243.750,00.

Conforme consta no Portal da Transparência do Governo Federal(<http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=775918&TipoConsulta=0&UF=sc&CodMunicipio=8095&CodOrgao=&Pagina=&Periodo=>), houve a transferência de recursos para o Município no montante de R\$ 205.636,31 até o final do exercício de 2015 (fl. 453).

Ressalta-se que a Unidade efetivamente empenhou no exercício de 2014 o montante de R\$ 215.630,06 (empenho nº 2035/2014), e que o valor de R\$ 20.630,06 está registrado em restos a pagar no final do exercício de 2015.

Cabe destacar que, embora tenha sido inscrito em Restos a Pagar no exercício em exame o valor de R\$ 20.630,06, referente ao Convênio nº 775918, esta instrução faz a ressalva que somente o montante de R\$ 9.993,75 (R\$ 215.630,06 – R\$ 205.636,31) estava pendente de recebimento ao final do exercício de 2015.

O Gestor argumenta também que houve atraso nos repasses de valores Fundo a Fundo, baseando-se no período de competência das receitas.

Sabe-se que a receita segue o regime de caixa e que praticamente todos os anos ocorrem atrasos nos repasses.

Esta situação de atraso acaba se compensando ao longo dos exercícios, na medida em que os valores que deixam de ingressar num determinado período são arrecadados pelos cofres municipais no ano seguinte.

A Instrução entende que conforme considerações antes mencionadas, este fato não pode ser levado a efeito para fins de apuração do resultado financeiro.

Ante todo o exposto, mantém-se a restrição com a devida ressalva de que o valor de R\$ 960.499,45 decorrente de convênios, foi inscrito em Restos a Pagar, sendo que os recursos não ingressaram no exercício de 2015.

- 1.2.1.3 Lei Orçamentária apresentando a fixação da despesa (R\$ 32.681.320,00) em montante superior a estimativa da receita (R\$31.694.620,00), em desacordo com o princípio orçamentário do equilíbrio entre as receitas e despesas, bem como ao artigo 8º da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município que estabelece as diretrizes para a elaboração e execução do orçamento c/c art. 4º, a e 5º da LRF (itens 3 e 8.1.3).

(Relatório nº 1815/2016, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Resposta da Unidade constante às fls. 404/420.

Considerações da Análise Técnica:

Em sua manifestação, o Responsável afirma que por um lapso quando da consolidação das fontes de recursos, foi desconsiderado o valor de R\$ 23.100,00 referente ao IRF do Fundo Municipal da Saúde como receita própria e houve o lançamento em duplicidade de R\$ 1.009.800,00 relativas às transferências financeiras à Câmara de Vereadores, mas que, segundo ele, a falha não causou nenhum prejuízo, tampouco um desequilíbrio orçamentário.

Existem princípios básicos que devem ser seguidos para elaboração dos Orçamentos Públicos, que estão definidos na Lei 4.320/64 e na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Dentre eles podemos destacar o princípio do equilíbrio, no qual o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total de receitas estimadas para o mesmo período.

Assim, embora o Responsável identifique a divergência encontrada entre a despesa fixada no montante de R\$ 32.681.320,00 e a receita foi estimada em R\$ 31.694.620,00, esta instrução entende que não é suficiente para o afastamento da irregularidade constatada.

Desta forma, mantém-se a restrição.

- 1.2.1.4 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7, fl. 329).

(Relatório nº 1815/2016, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Resposta da Unidade constante às fls. 404/420.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável apresenta às fls. 415/418 demonstrativos do Portal da Transparência do Município em que está evidenciado que os requisitos no tocante os lançamentos da receita estão sendo cumpridos, conforme estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010.

Com vistas a ratificar a informação ora apresentada, esta instrução consultou o Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 11/11/2016 (fl. 463), quando ficou evidenciado que todos os lançamentos da receita estavam atualizados até a data de 31/12/2015, cumprindo assim os requisitos legais e regulamentares estabelecidos.

Assim, afasta-se a restrição inicialmente apontada.

À luz das ponderações de ordem técnica referentes às justificativas apresentadas pelo responsável, por ventura do cumprimento das disposições contidas no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, conforme consta do item 1.2, as contas relativas ao exercício de 2015 passam a apresentar os seguintes dados:

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

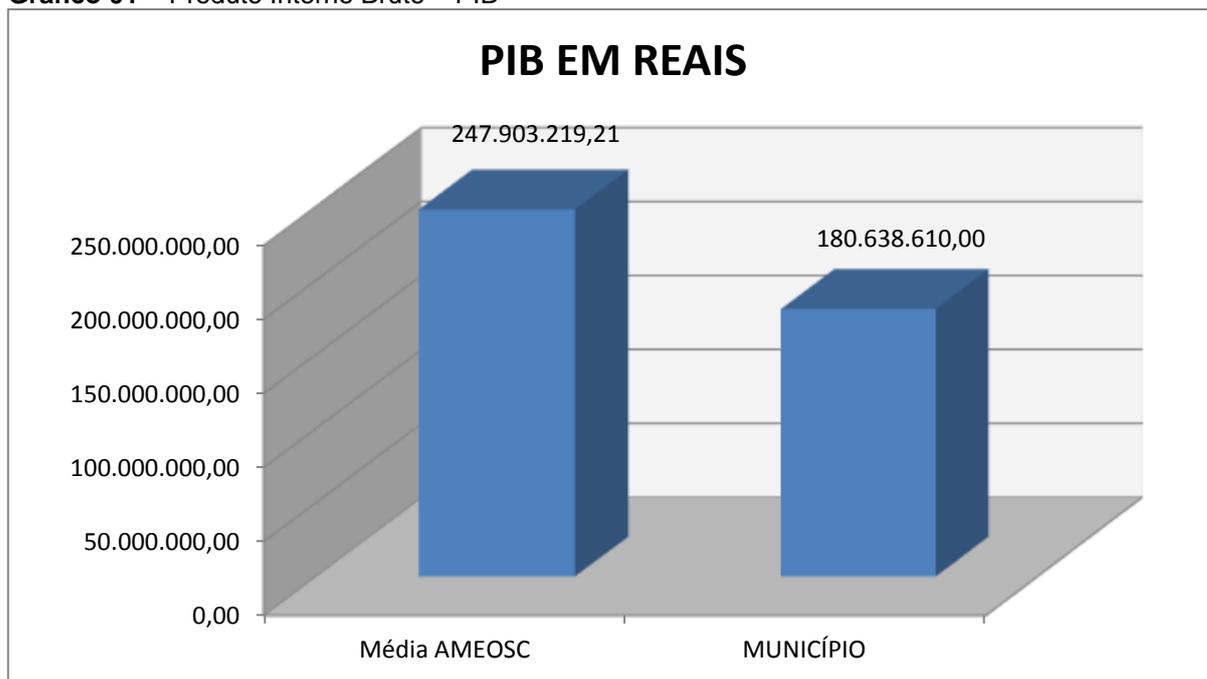
O Município de Descanso tem uma população estimada em 8.505¹ habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,74². O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 180.638.610,00³, revelando um PIB per capita à época de R\$ 20.975,22, considerando uma população estimada em 2013 de 8.612 habitantes.

¹ IBGE - 2015

² PNUD - 2010

³ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2013

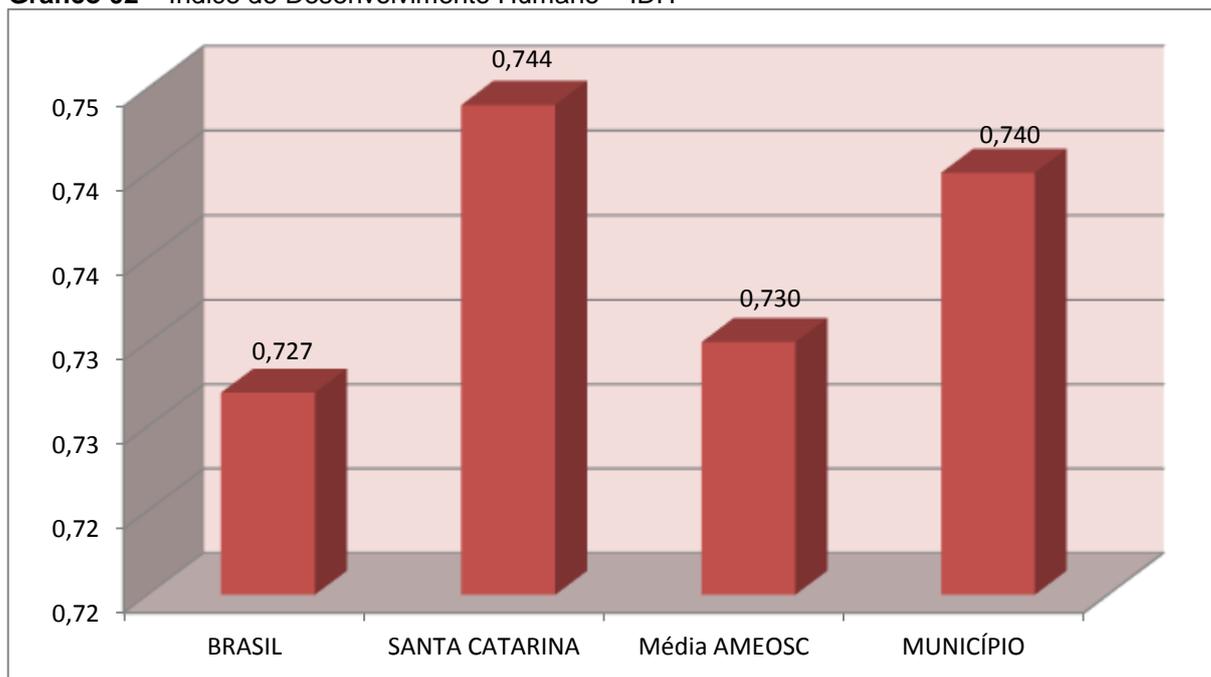
Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2013

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Descanso encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	31.694.620,00
PPA	1.264 13	19/07/2013	DESPESA FIXADA	32.681.320,00
LDO	1.380 14	05/09/2014		
LOA	1.392/14	05/09/2014		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Déficit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 156.156,68**, correspondendo a **0,84%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Déficit de R\$ 156.156,68, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 112.449,52 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Déficit de R\$ 268.606,20.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2015

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	31.694.620,00	18.510.042,77	58,40
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	34.942.520,80	18.666.199,45	53,42
Déficit de Execução Orçamentária		156.156,68	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre a execução orçamentária (R\$ 156.156,68) e a variação do patrimônio financeiro (R\$ 105.752,89) refere-se ao cancelamento de restos a pagar no valor de R\$ 50.403,79.

Obs.: Vide restrição anotada no item 8.1.1 - Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Descanso nos últimos 5 anos:

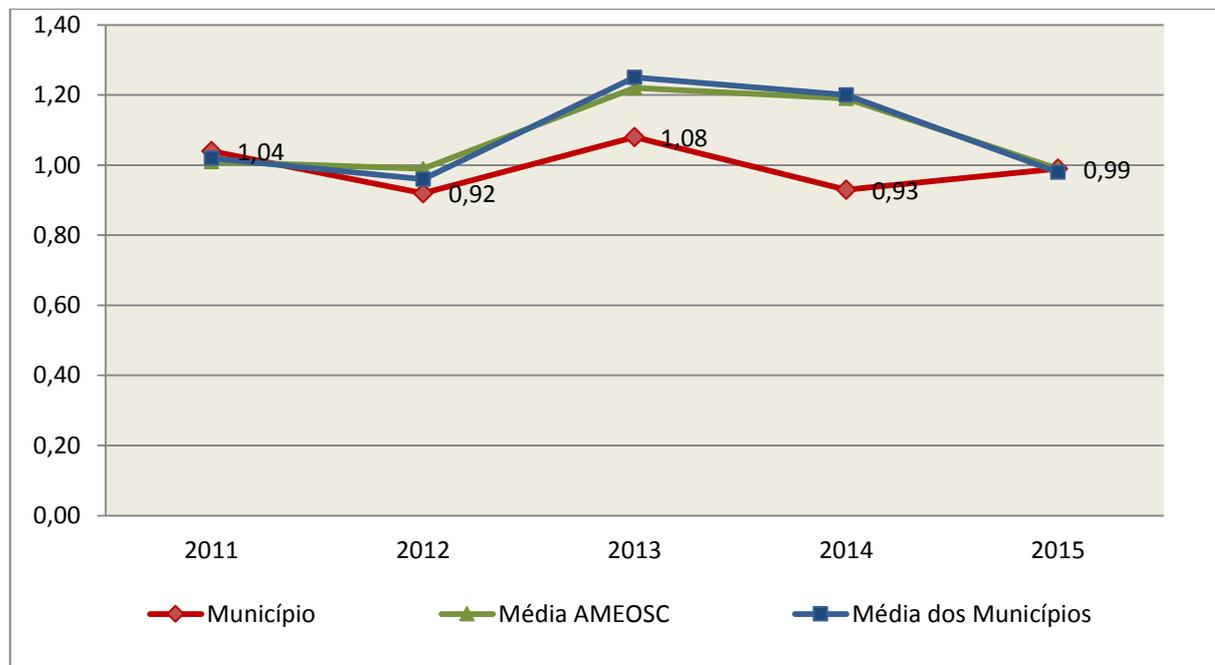
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2011-2015

ITENS / ANO		2011	2012	2013	2014	2015
1	Receita realizada	14.499.656,67	15.157.287,70	16.915.813,14	19.890.182,93	18.510.042,77
2	Despesa executada	13.950.407,53	16.431.569,70	15.734.503,14	21.366.197,47	18.666.199,45
QUOCIENTE		2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,04	0,92	1,08	0,93	0,99

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 18.510.042,77**, equivalendo a **58,40%** da receita orçada.

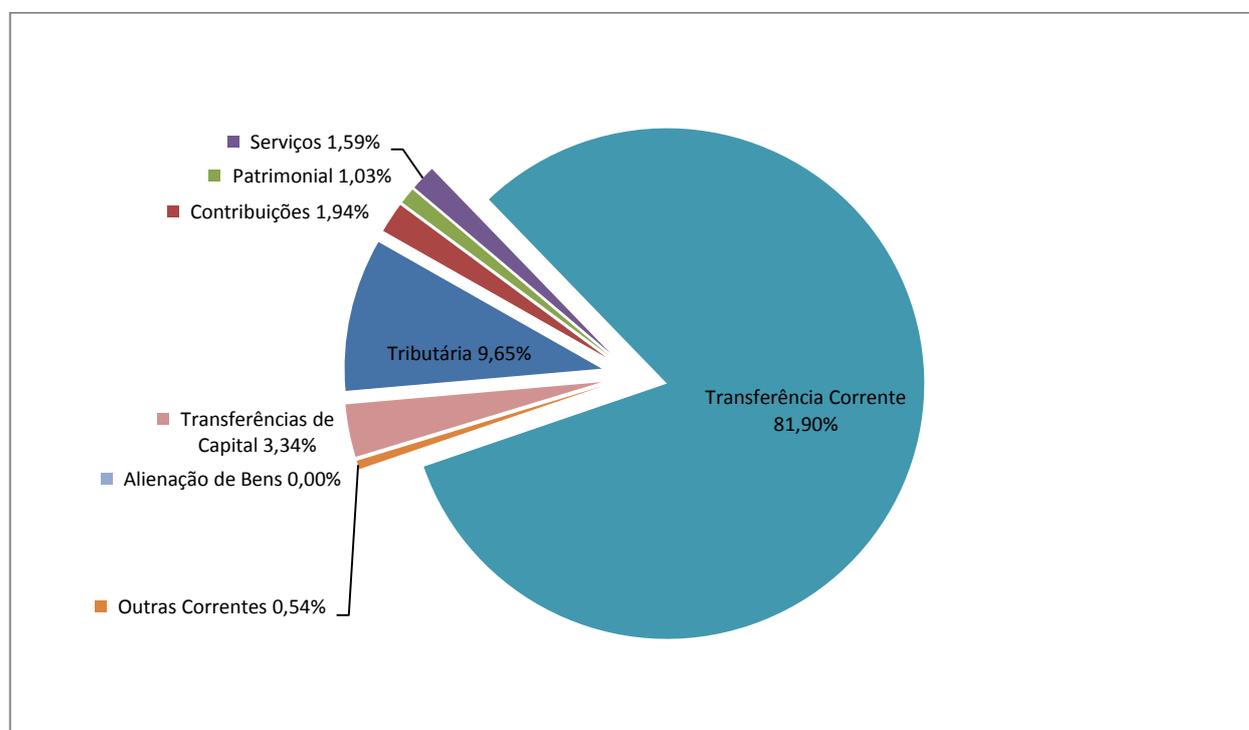
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2015

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	2.136.500,00	1.786.985,69	83,64
Receita de Contribuições	352.000,00	358.649,42	101,89
Receita Patrimonial	125.950,00	190.668,37	151,38
Receita Agropecuária	22.000,00	-	-
Receita de Serviços	290.950,00	294.648,36	101,27
Transferências Correntes	22.819.496,00	15.160.091,84	66,43
Outras Receitas Correntes	417.024,00	100.436,68	24,08
RECEITA CORRENTE	26.163.920,00	17.891.480,36	68,38
Operações de Crédito	1.650.000,00	-	-
Alienação de Bens	363.000,00	298,63	0,08
Transferências de Capital	3.517.700,00	618.263,78	17,58
RECEITA DE CAPITAL	5.530.700,00	618.562,41	11,18
TOTAL DA RECEITA	31.694.620,00	18.510.042,77	58,40

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2015

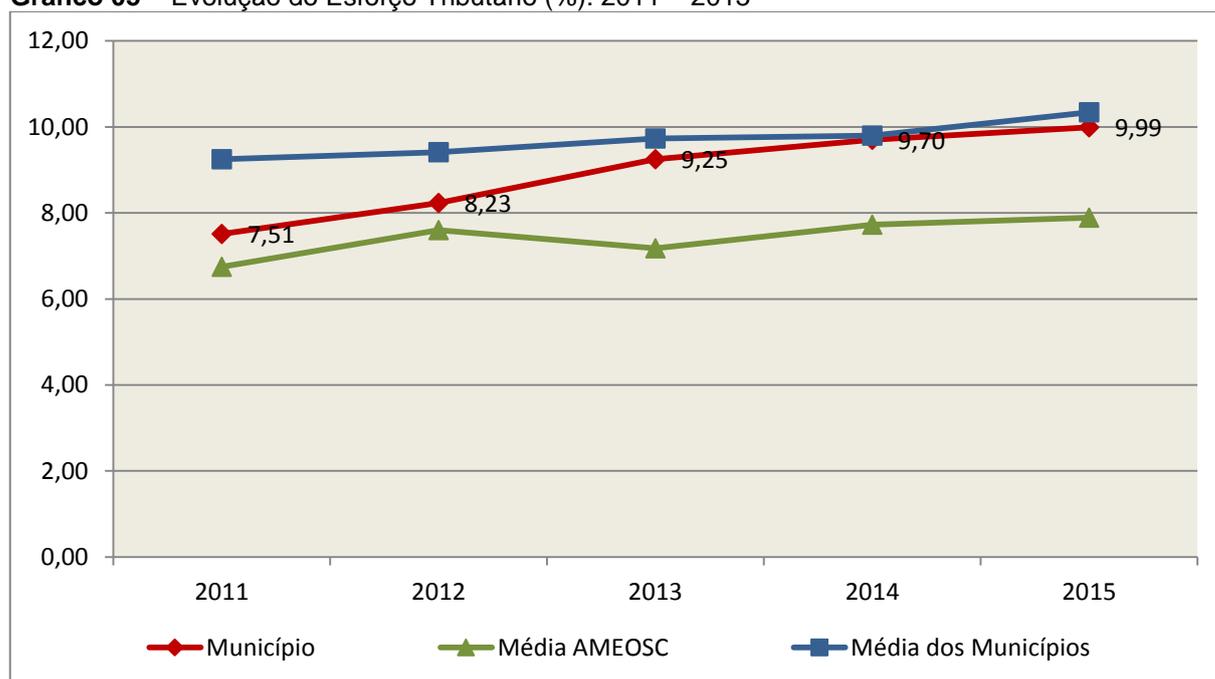


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **81,90%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2011 – 2015

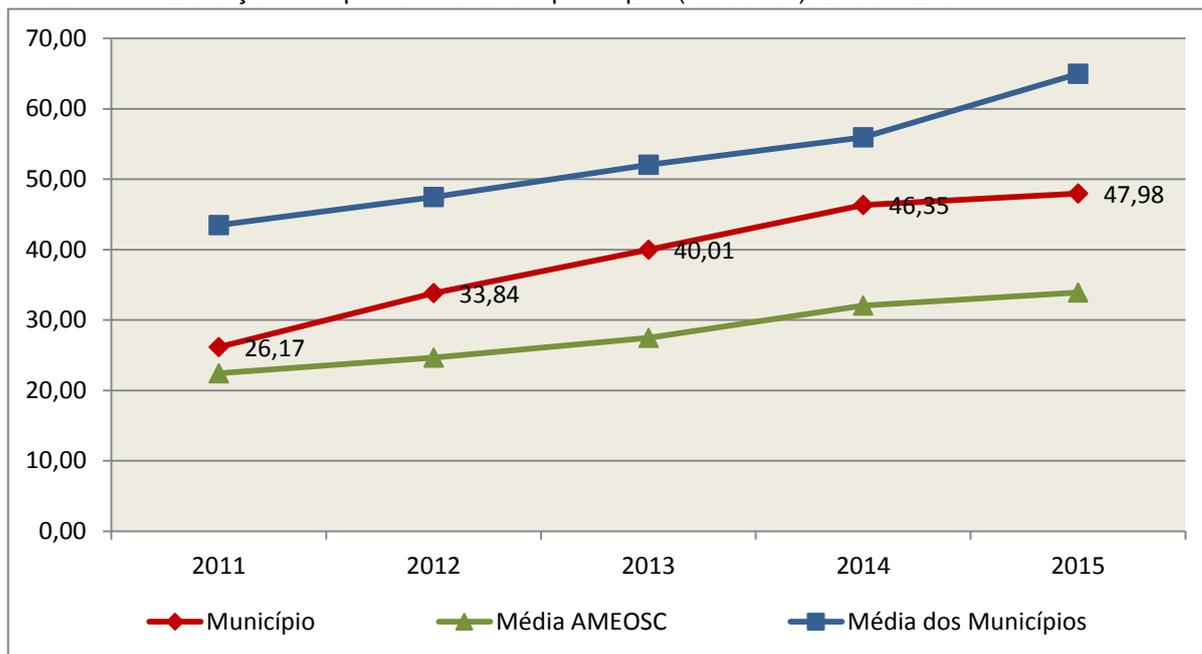


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

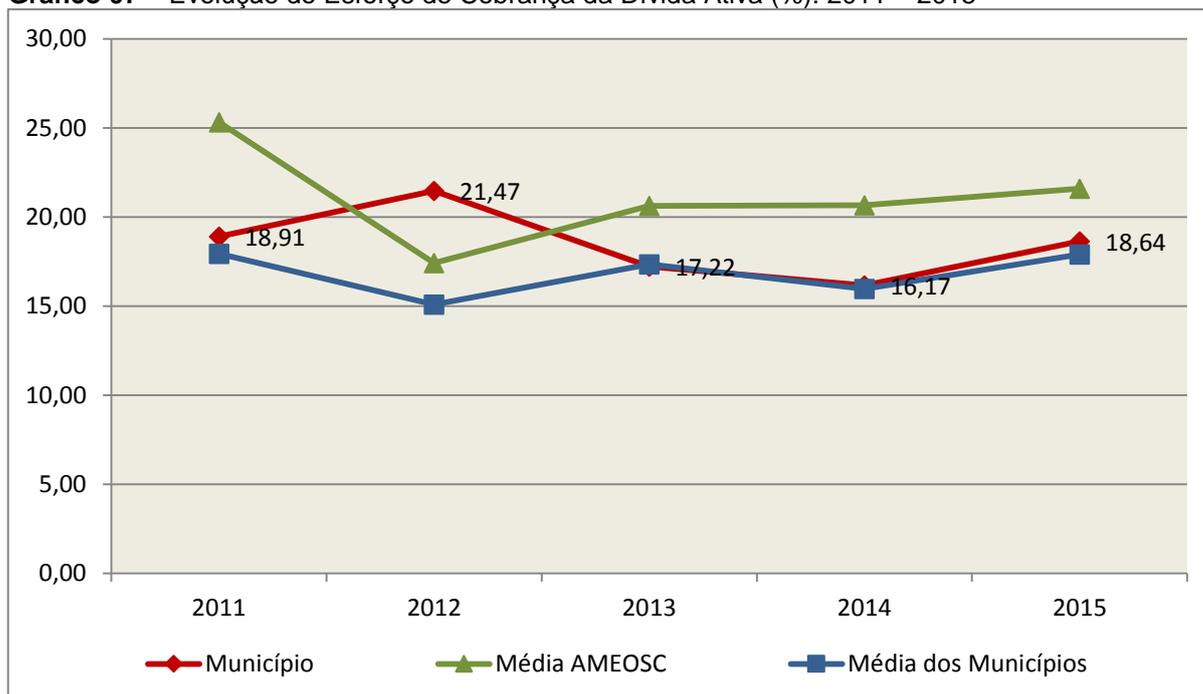
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2015

Saldo Anterior	Inscrição/Transferências/Atualização	Recebimento	Transferências/Outras Baixas	Saldo Final
171.813,04	119.503,73	32.023,22	50.942,12	208.351,43

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2015

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	1.009.800,00	751.930,44	74,46
04-Administração	2.522.000,00	1.662.300,77	65,91
06-Segurança Pública	167.155,80	50.676,86	30,32
08-Assistência Social	1.754.750,09	846.908,44	48,26
09-Previdência Social	1.048.650,00	885.352,86	84,43
10-Saúde	6.926.783,18	4.934.120,05	71,23
12-Educação	7.663.133,72	4.411.489,71	57,57
13-Cultura	150.000,00	30.423,11	20,28
15-Urbanismo	4.479.803,00	1.531.648,92	34,19
16-Habitação	169.783,86	2.157,73	1,27
17-Saneamento	320.000,00	-	-
18-Gestão Ambiental	32.000,00	5.793,65	18,11
20-Agricultura	2.149.000,00	1.309.976,69	60,96
22-Indústria	724.000,00	88.870,18	12,27
23-Comércio e Serviços	647.197,00	28.454,49	4,40

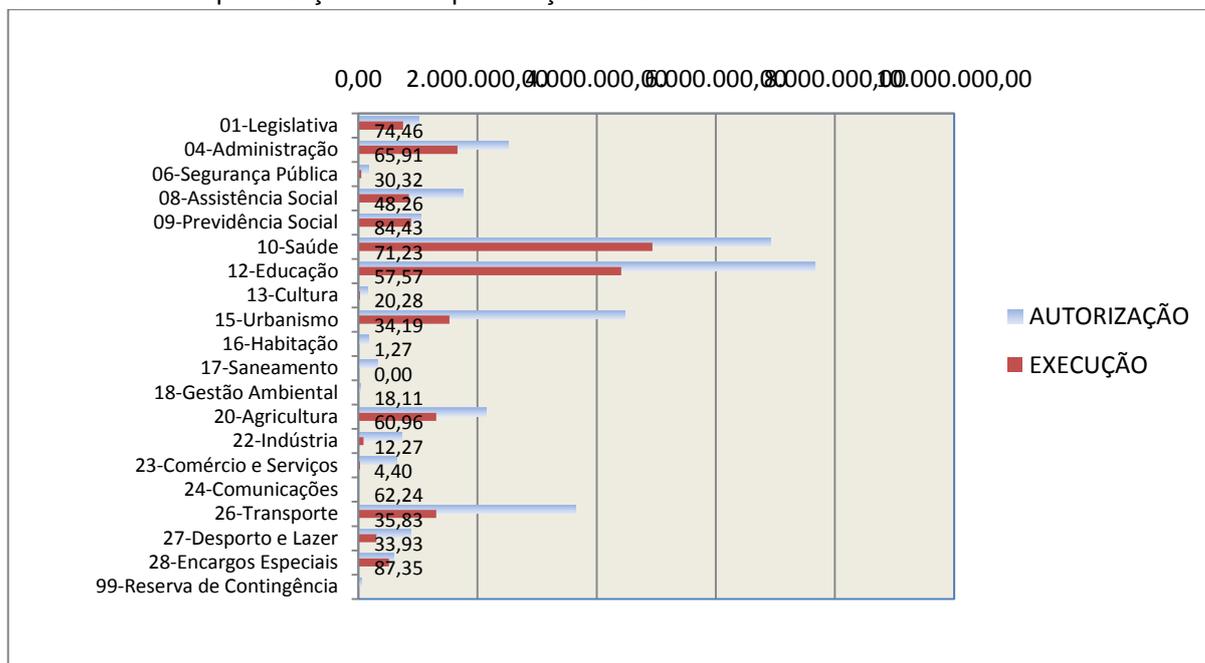
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
24-Comunicações	7.000,00	4.356,49	62,24
26-Transporte	3.643.464,15	1.305.608,83	35,83
27-Desporto e Lazer	889.000,00	301.649,50	33,93
28-Encargos Especiais	589.000,00	514.480,73	87,35
99-Reserva de Contingência	50.000,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	34.942.520,80	18.666.199,45	53,42

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2015



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2011 – 2015

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2011	2012	2013	2014	2015
01-Legislativa	519.595,54	570.993,02	672.635,38	752.241,41	751.930,44
04-Administração	1.101.680,99	1.226.737,20	1.413.667,45	1.584.846,08	1.662.300,77
06-Segurança Pública	3.881,39	5.063,80	16.360,48	11.653,69	50.676,86
08-Assistência Social	769.452,21	593.299,58	780.471,60	878.691,52	846.908,44
09-Previdência Social	585.968,27	548.108,70	745.559,71	805.002,98	885.352,86
10-Saúde	2.861.568,29	3.825.888,53	3.728.165,98	5.100.234,76	4.934.120,05
12-Educação	3.512.528,06	4.366.130,88	3.794.402,23	4.291.817,99	4.411.489,71
13-Cultura	51.861,72	36.353,09	48.469,31	69.234,45	30.423,11
15-Urbanismo	1.322.529,71	1.452.145,38	1.081.960,51	2.249.363,31	1.531.648,92
16-Habitação	2.908,87	-	-	-	2.157,73
17-Saneamento	152.400,00	-	7.900,00	476.946,29	-
18-Gestão Ambiental	15.695,99	8.990,00	6.515,29	17.530,00	5.793,65
20-Agricultura	676.485,25	1.452.742,04	903.926,90	1.693.218,42	1.309.976,69
22-Indústria	73.815,01	60.353,28	81.298,74	89.935,48	88.870,18
23-Comércio e Serviços	23.637,04	3.636,59	29.741,28	110.018,16	28.454,49
24-Comunicações	8.298,13	2.805,52	2.566,19	3.004,77	4.356,49
26-Transporte	1.011.812,24	1.106.667,92	1.619.028,78	1.735.692,34	1.305.608,83
27-Desporto e Lazer	303.704,28	376.366,03	320.413,02	1.114.764,76	301.649,50
28-Encargos Especiais	952.584,54	795.288,14	481.420,29	382.001,06	514.480,73
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	13.950.407,53	16.431.569,70	15.734.503,14	21.366.197,47	18.666.199,45

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2015

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	408.074,73	2,73
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	425.184,35	2,85
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	339.117,09	2,27
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	309.421,18	2,07
Cota do ICMS	6.253.179,05	41,90
Cota-Parte do IPVA	799.662,00	5,36
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	95.046,74	0,64

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Cota-Parte do FPM	5.895.983,54	39,51
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea “e” da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	69.725,86	0,47
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	258.328,30	1,73
Cota do ITR	8.347,15	0,06
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	26.164,32	0,18
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	20.396,19	0,14
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	14.328,95	0,10
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Educação)	14.922.959,45	100,00
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea “e” da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	69.725,86	
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	258.328,30	
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)	14.594.905,29	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2015

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	20.507.154,34
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	2.615.673,98
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	17.891.480,36

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Descanso (em Reais): 2015

ATIVO	2015	PASSIVO	2015
ATIVO CIRCULANTE	2.459.753,23	PASSIVO CIRCULANTE	1.525.817,30
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	1.395.071,47	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	983.928,36
<u>Créditos a Curto Prazo</u>	1.011.776,75	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	427.892,89
Créditos de Transferências a Receber	924.296,24	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	13.726,96
Dívida Ativa Tributária	87.480,51	Demais Obrigações a Curto Prazo	100.269,09
<u>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</u>	52.426,91		
<u>Variação Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente</u>	478,10		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	21.443.699,19		
<u>Ativo Realizável a Longo Prazo</u>	120.870,92		
Créditos a Longo Prazo	120.870,92	TOTAL DO PASSIVO	1.525.817,30
Dívida Ativa Tributária	114.321,15		
Dívida Ativa Não Tributária	6.549,77		
<u>Imobilizado</u>	21.320.283,27		
Bens Móveis	8.504.846,99	PATRIMONIO LIQUIDO	22.377.635,12
Bens Imóveis	12.817.236,28	Patrimônio Social e Capital Social	18.217.111,81
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas Imóveis	-1.800,00	Resultados Acumulados	4.160.523,31
<u>Intangível</u>	2.545,00	Resultado do Exercício	-130.464,98
		Resultado de Exercícios Anteriores	4.290.988,29
TOTAL	23.903.452,42	TOTAL	23.903.452,42

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Déficit Financeiro de **R\$ 1.048.861,16** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 1,75** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ 105.752,89** passando de um Déficit de R\$ 943.108,27 para um Déficit de **R\$ 1.048.861,16**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Déficit de **R\$ 1.027.086,48**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2014 - 2015

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	3.099.987,24	1.395.071,47	-1.704.915,77
Passivo Financeiro	4.043.095,51	2.443.932,63	-1.599.162,88
Saldo Patrimonial Financeiro	-943.108,27	-1.048.861,16	-105.752,89

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: Vide restrição anotada no item 8.1.1 - Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2015, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa Líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Descanso, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11- A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	0,00	SUPERAVIT
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	0,00	SUPERAVIT
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	0,00	SUPERAVIT
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	SUPERAVIT
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	65.237,60	SUPERAVIT
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	702,64	SUPERAVIT
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	-66.929,66	DÉFICIT
09 - FIA Imposto de Renda	0,00	SUPERAVIT
10 - Convênio de Trânsito - Militar	5.711,94	SUPERAVIT
11 - Convênio de Trânsito - Civil	2.353,52	SUPERAVIT
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	SUPERAVIT
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ 0,00	0,00	SUPERAVIT
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 0,00		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	40.313,41	SUPERAVIT
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	-99.929,55	DÉFICIT
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	-588.249,16	DÉFICIT
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	32.657,04	SUPERAVIT
36 - Salário-Educação	10.993,44	SUPERAVIT
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	-11.955,85	DÉFICIT
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	170.023,20	SUPERAVIT
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	0,00	SUPERAVIT
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	SUPERAVIT
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	0,00	SUPERAVIT
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	0,00	SUPERAVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	-137.773,77	DÉFICIT
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	27.077,74	SUPERAVIT
66 -Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	SUPERAVIT
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	82.143,64	SUPERAVIT
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	SUPERAVIT
80 - Outras Especificações	0,00	SUPERAVIT
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	5.164,16	SUPERAVIT
93 - Outras Receitas Não-Primárias	0,00	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS VINCULADOS	-462.459,66	
00 - Recursos Ordinários	-289.628,43	DÉFICIT
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-57.878,52	DÉFICIT
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-238.894,55	DÉFICIT
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	-586.401,50	

Fonte: e-Sfinge

Obs.: As disponibilidades de caixa da Câmara Municipal foram consideradas como recursos vinculados.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2011 – 2015

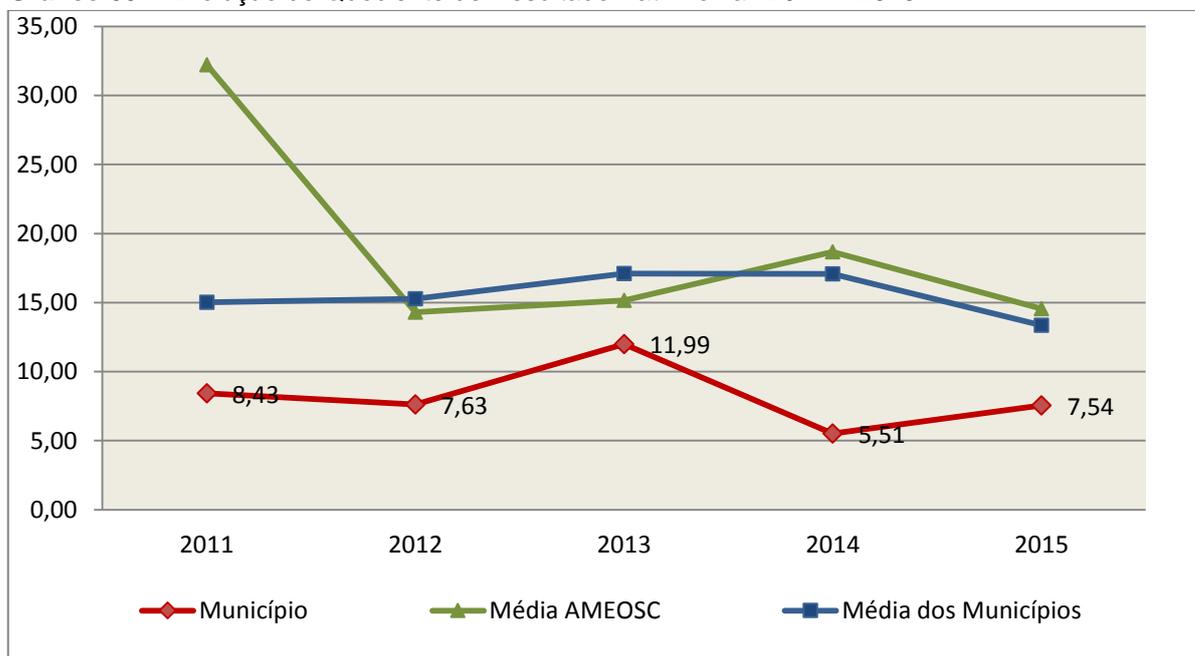
ITENS / ANO	2011	2012	2013	2014	2015
1 Despesa Executada	13.950.407,53	16.431.569,70	15.734.503,14	21.366.197,47	18.666.199,45
2 Restos a Pagar	1.331.281,10	2.294.506,30	1.573.092,78	3.955.232,55	1.087.201,39
3 Ativo Financeiro Ajustado	1.940.129,89	1.662.131,88	2.132.469,12	3.099.987,24	1.395.071,47
4 Passivo Financeiro Ajustado	1.439.224,96	2.382.307,07	1.654.115,52	4.043.095,51	2.443.932,63
5 Ativo Real	16.711.803,82	18.640.243,49	19.829.199,08	22.260.207,32	23.903.452,42
6 Passivo Real	1.981.654,29	2.444.076,43	1.654.115,52	4.043.095,51	3.171.222,36
QUOCIENTES	2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Patrimonial (5÷6)	8,43	7,63	11,99	5,51	7,54
Situação Financeira (3÷4)	1,35	0,70	1,29	0,77	0,57
Restos a Pagar (2÷1)*100	9,54	13,96	10,00	18,51	5,82

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2011 – 2015



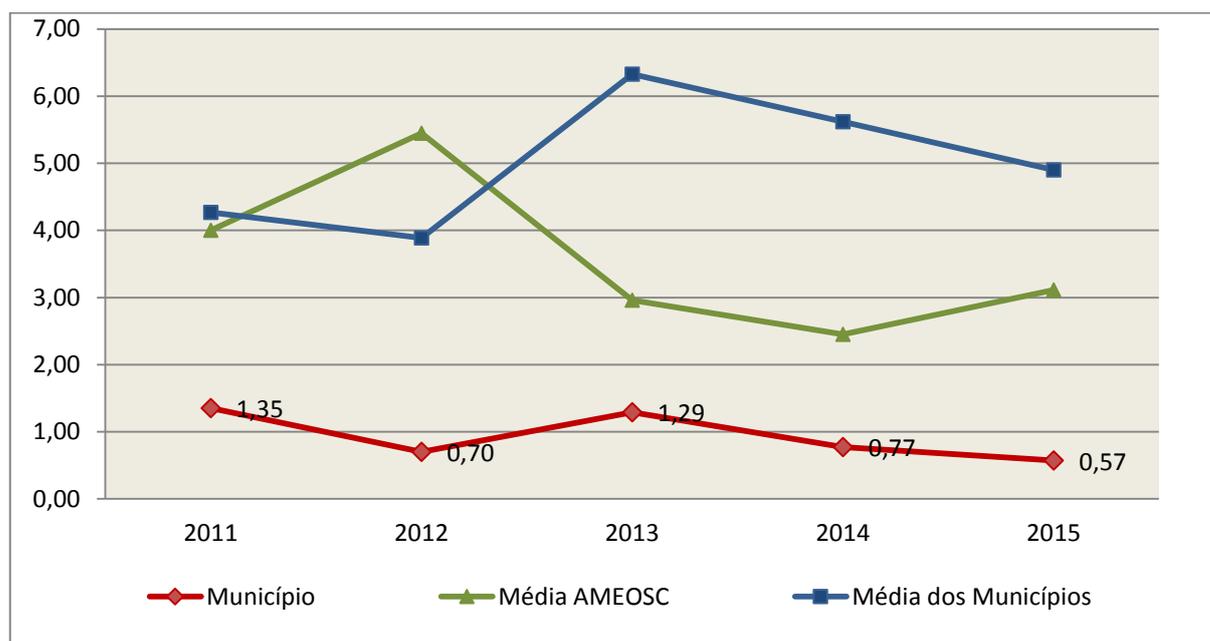
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2015 o Ativo Real apresenta-se **7,54** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

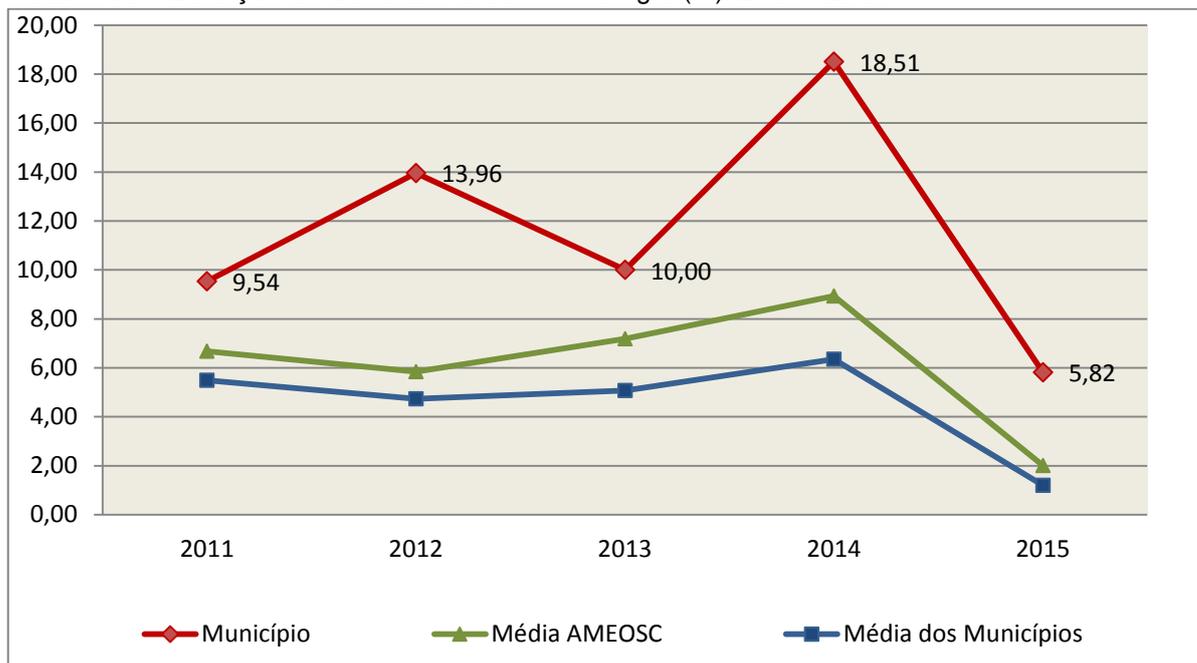
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Deficitária, sendo que no final do exercício de 2015 o Ativo Financeiro representa **0,57** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Descanso é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **5,82%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 3.359.943,78** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **23,02%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 1.170.707,99**, representando **8,02%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2015

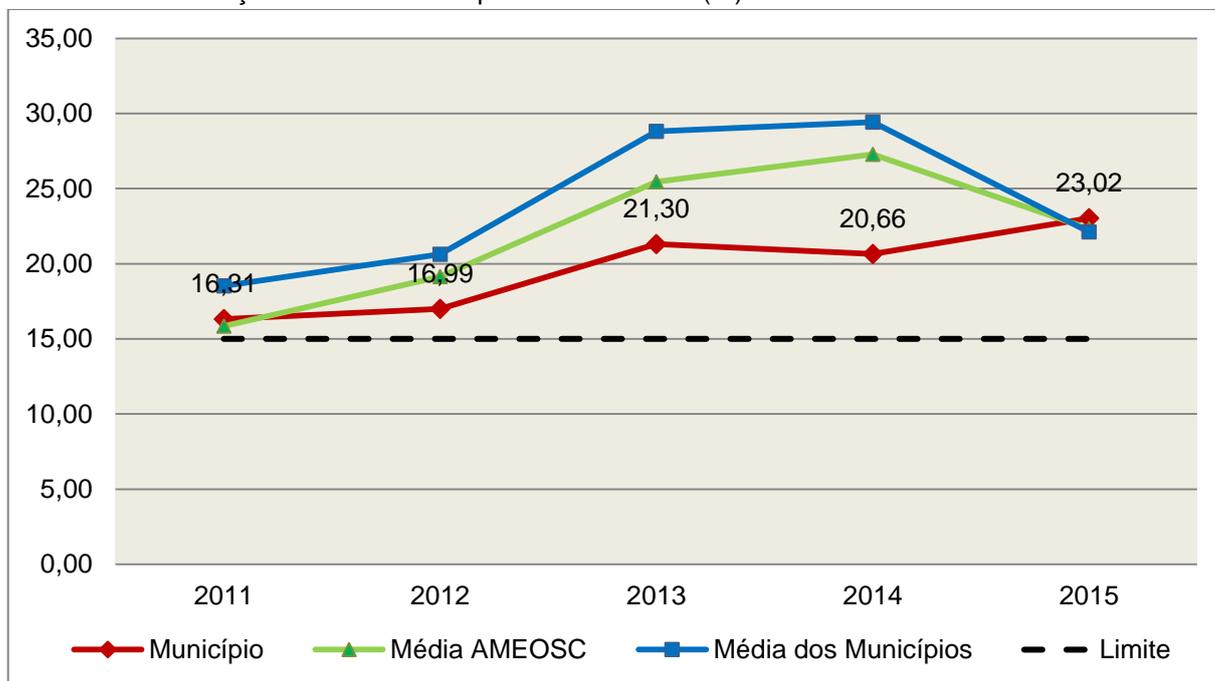
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	14.594.905,29	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.930.755,05	33,78
Atenção Básica	2.553.024,64	17,49
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	627.268,37	4,30
Vigilância Sanitária	27.213,75	0,19
Vigilância Epidemiológica	24.436,02	0,17
Outras Subfunções	1.698.812,27	11,64
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	1.570.811,27	10,76
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	3.359.943,78	23,02
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.189.235,79	15,00
Valor Acima do Limite	1.170.707,99	8,02

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Descanso em 2015 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2015) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 3.921.647,04** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **26,28%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 190.907,18**, representando **1,28%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2015

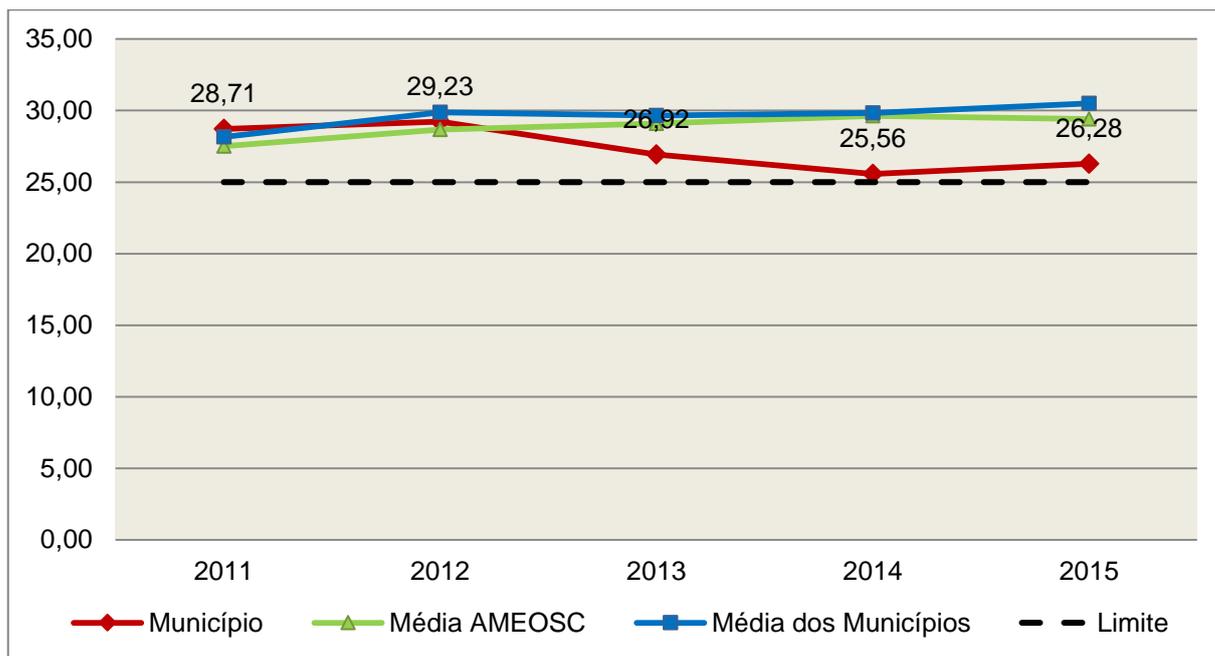
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	14.922.959,45	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	1.453.747,41	9,74
Educação Infantil	1.453.747,41	9,74
Valor Aplicado Ensino Fundamental	2.795.471,96	18,73
Ensino Fundamental	2.795.471,96	18,73
(-) Total das Deduções consideradas para fins de apuração do Limite Constitucional*	327.572,33	2,20
Total das Despesas para efeito de Cálculo	3.921.647,04	26,28
Valor Mínimo a ser Aplicado	3.730.739,86	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	190.907,18	1,28

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Descanso em 2015 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.642.585,27**, equivalendo a **73,69%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

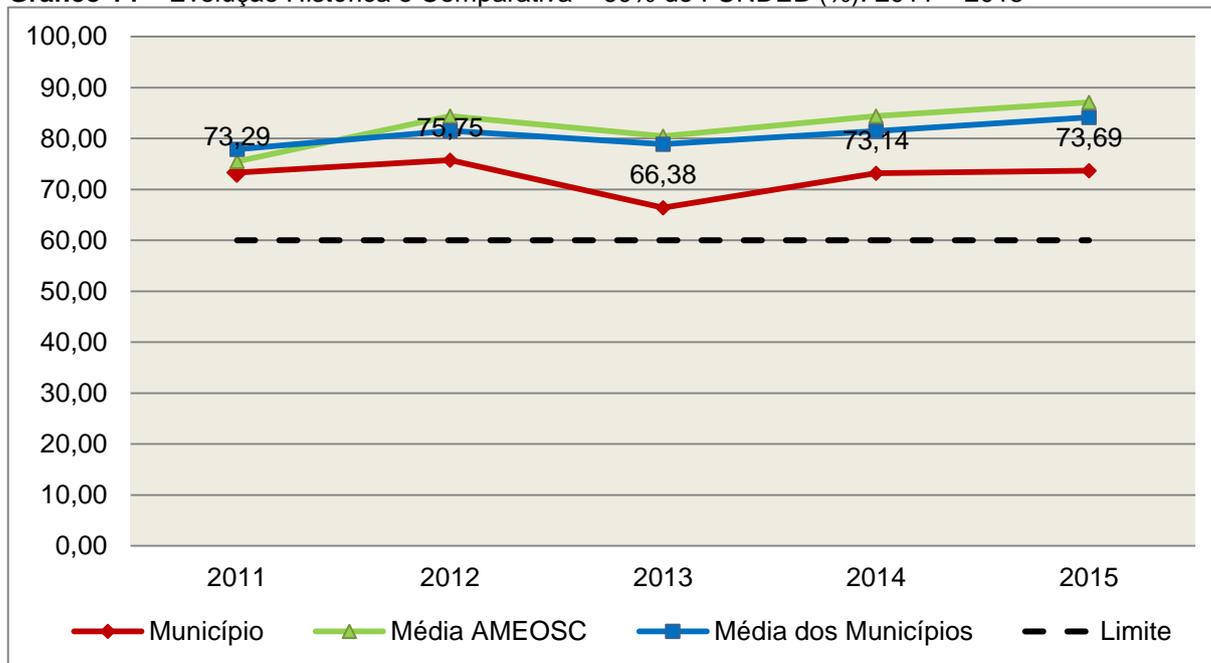
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2015

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	2.222.004,97
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	7.171,27
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	2.229.176,24
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.337.505,74
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	1.642.585,27
Valor Acima do Limite	305.079,53

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 2.225.346,32**, equivalendo a **99,83%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2015

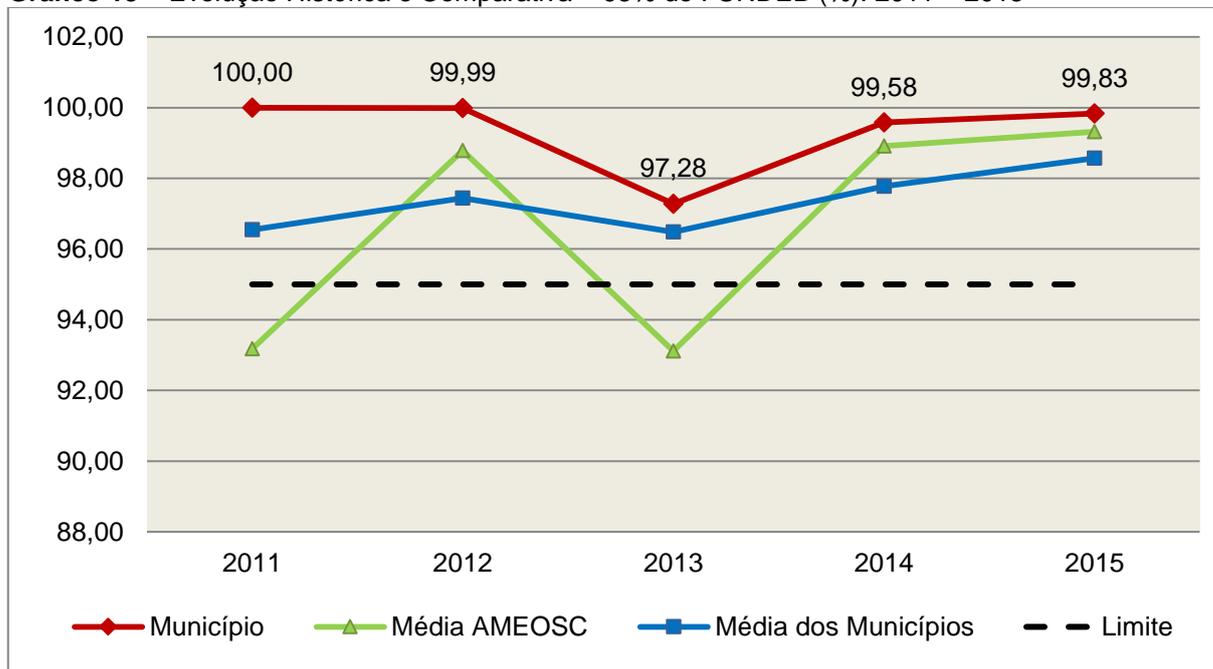
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	2.229.176,24
95% dos Recursos do FUNDEB	2.117.717,43
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	2.225.346,32
Valor Acima do Limite	107.628,89

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras).

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Descanso ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB no valor de **R\$ 2.720,20, CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007 (Obs.: Para abertura de crédito adicional no exercício de 2015, foi considerado o valor de R\$ 2.720,20 (R\$ 2.771,55 deduzido DDO no valor de R\$ 51,35), visto que os Restos a Pagar com saldo invertido são acrescentados indevidamente como Recursos do FUNDEB que não foram utilizados.).

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2015: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2015	2.494,58
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	2.494,58
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	0,00

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2015

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	17.891.480,36	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.734.888,22	60,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	9.456.757,71	52,86
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	650.434,91	3,64

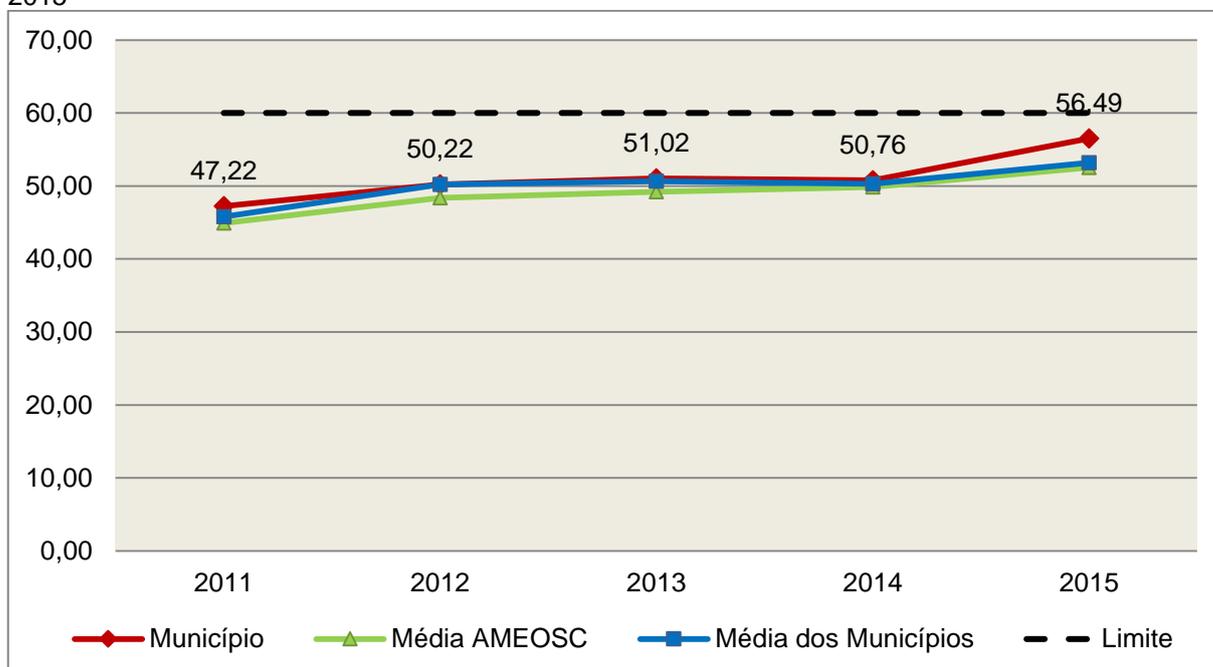
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	10.107.192,62	56,49
Valor Abaixo do Limite (60%)	627.695,60	3,51

Fonte: Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **56,49%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Descanso, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2015

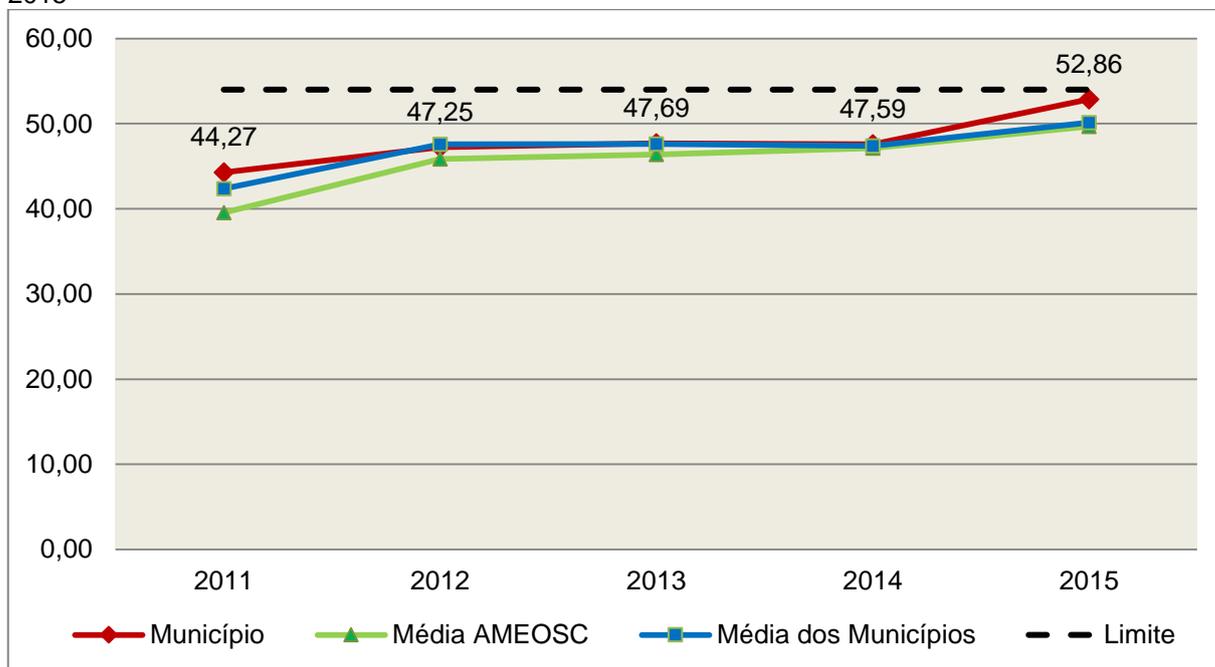
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	17.891.480,36	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.661.399,39	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	9.456.757,71	52,86
Pessoal e Encargos*	9.456.757,71	52,60
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	9.456.757,71	52,86
Valor Abaixo do Limite (54%)	204.641,68	1,14

Fonte: * Sistema e-Sfinge/4Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **52,86%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

4 Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais 6ª edição, publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br/pt/web/stn/mdf>

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2015

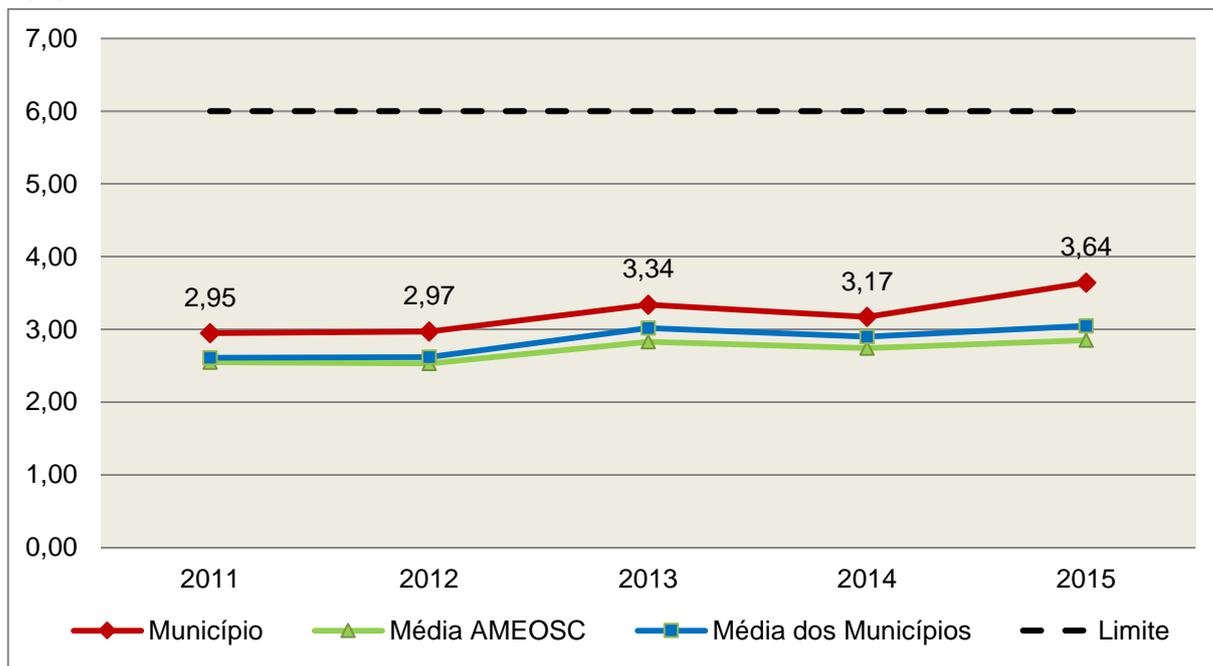
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	17.891.480,36	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.073.488,82	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	650.434,91	3,64
Pessoal e Encargos*	650.434,91	3,64
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	650.434,91	3,64
Valor Abaixo do Limite (6%)	423.053,91	2,36

Fonte: * Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,64%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACCS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[....]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

- b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
- e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
- f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Descanso**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas (fl. 298).

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁵.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;

⁵ Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;

c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Descanso**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas (fl. 299).

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Descanso**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (fl. 303).

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Descanso**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas (fl. 300).

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Descanso**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas (fl. 301).

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Descanso**, a análise do Parecer do Conselho Municipal do Idoso indica que as contas foram aprovadas (fl. 302).

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Descanso**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	CUMPRIU
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	CUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	CUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Datas de acesso: 10/03/2016 (fls. 329) e 11/11/2016 (fls. fl. 463).

8. RESTRIÇÕES APURADAS

8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

8.1.1 Déficit de execução orçamentária do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 156.156,68**, representando **0,84%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame, em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF. Registra-se que o valor de **R\$ 389.945,34** decorrente de convênios, foi inscrito em Restos a Pagar no exercício em exame, sendo que os recursos não ingressaram no exercício de 2015 (itens 1.2.1.1 e 3.1).

8.1.2 Déficit financeiro do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 1.048.861,16**, resultante do déficit financeiro remanescente do exercício anterior, correspondendo a **5,67%** da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (**R\$ 18.510.042,77**), em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF. Registra-se que o valor de **R\$ 960.499,45** decorrente de convênios, foi inscrito em Restos a Pagar, sendo que os recursos não ingressaram no exercício de 2015 (itens 1.2.1.2 e 4.2).

8.1.3 Lei Orçamentária apresentando a fixação da despesa (**R\$ 32.681.320,00**) em montante superior a estimativa da receita (**R\$ 31.694.620,00**), em desacordo com o princípio orçamentário do equilíbrio entre as receitas e despesas, bem como ao artigo 8º da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município que estabelece as diretrizes para a elaboração e execução do orçamento c/c art. 4º, a e 5º da LRF (itens 1.2.1.3 e 3).

9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2015

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Déficit O valor de R\$ 389.945,34 decorrente de convênios, foi inscrito em Restos a Pagar no exercício em exame, sendo que os recursos não ingressaram no exercício de 2015	R\$ 156.156,68
3) Resultado Financeiro	Déficit O valor de R\$ 960.499,45 decorrente de convênios, foi inscrito em Restos a Pagar, sendo que os recursos não ingressaram no exercício de 2015	R\$ 1.048.861,16
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	23,02%
4.2) Ensino	25,00%	26,28%
4.3) FUNDEB	60,00%	73,69%
	95,00%	99,83%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	56,49%
b) Poder Executivo	54,00%	52,86%
c) Poder Legislativo	6,00%	3,64%
4.5) L.C. N° 131/2009 E DEC. N° 7.185/2010	CUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2015 do Município de Descanso**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal** apuradas nos itens **8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3**, da conclusão deste Relatório, à vista da Reinstrução procedida, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 2, em 16/11/2016.

DEJAIR CESAR TAVARES
Auditor Fiscal de Controle Externo

De Acordo

Em 16/11/2016.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Controle de
Contas de Prefeito

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Moises Hoegenn
Diretor
Diretoria de Controle dos Municípios

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas Empenhadas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços de Saúde	1.562.123,35
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	935,00
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde não liquidadas e sem cobertura financeira (fls. 331/332)	7.752,92
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	1.570.811,27

Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional: Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	25.663,63
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	3.074,78
Despesas com Educação Infantil não liquidadas e sem cobertura financeira (fls. 334/336)	1.057,08
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise (fl. 338)	80,70
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	563.931,93
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	3.922,65
Outras despesas dedutíveis com Ensino Fundamental – Despesas com inativos (fl. 340)	113.470,50
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise (fl. 338)	148,60
Resultado líquido das transferências do Fundeb	-393.669,01
Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb	7.171,27
Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do Fundeb (FR 18)	2.720,20
Total das deduções consideradas para fins de Limite Constitucional	327.572,33

APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	2015	301	66.868,07	66.868,07	55.112,87
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	301	1.327.520,78	1.327.385,78	1.292.129,78
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	304	11.381,00	11.381,00	11.381,00
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	305	14.802,64	14.802,64	14.802,64
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2015	301	141.550,86	141.550,86	141.526,36
TOTAL			1.562.123,35	1.561.988,35	1.514.952,65

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	122	862	03/08/2015	COMERCIO DE PECAS SAO LUIZ LTDA - EPP	96,00	96,00	96,00	PELA DESPESA EMPENHADA, REF AQUISIÇÃO DE 01 CORREIA DO ALTERNADOR DO MICROÔNIBUS Nº 38 PLACA MGG-3302 COM 332.731 KM, COM RECURSOS PRÓPRIOS (Compra Direta Nº 174/2015).
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	122	265	16/03/2015	IPORA AUTO PEÇAS LTDA	422,00	422,00	422,00	PELA DESPESA EMPENHADA, REF AQUISIÇÃO DE 01 FILTRO DE OLEO E 02 AMORTECEDORES TRAZEIRO PARA O MICROÔNIBUS Nº38 PLACA MGG- 3302 COM 330.728 KM, COM RECURSOS PRÓPRIOS (Compra Direta Nº 43/2015).
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	122	551	25/05/2015	SCOPEL PINTURA AUTOMOTIVA LTDA - ME	232,00	232,00	232,00	PELA DESPESA EMPENHADA, REF AQUISIÇÃO DE 01 JG. PALHETAS ORIGINAIS PARA O LIMPADOR DO PARABRISA DIANTEIRO DO MICROÔNIBUS Nº38 PLACA MGG - 3302 COM 331.426 KM, COM RECURSOS PRÓPRIOS (Compra Direta Nº 104/2015).
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	122	845	28/07/2015	PEREIRA FLECK LTDA-ME	20,00	20,00	20,00	PELA DESPESA EMPENHADA, REF CONFEÇÃO DE 01 CÓPIA DE CHAVE PARA UTILIZAÇÃO NO MICRO ÔNIBUS VOLARE, Nº 38, KM 332674, COM RECURSOS PRÓPRIOS. (Compra Direta Nº 170/2015).
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	122	863	03/08/2015	COMERCIO DE PECAS SAO LUIZ LTDA - EPP	165,00	165,00	165,00	PELA DESPESA EMPENHADA, REF MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIR CORREIA DO ALTERNADOR E CONFECCIONAR E SOLDAR SUPORTE DE ÁGUA DO RESERVATÓRIO HIDRÁULICO DO MICROÔNIBUS Nº 38 PLACA MGG-3302 COM 332.731 KM, COM RECURSOS PRÓPRIOS (Compra Direta Nº 174/2015).



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
TOTAL						935,00	935,00	935,00	

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1186	24/03/2015	DALTOE EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP	934,56	934,56	934,56	PELA DESPESA EMPENHADA, REF AQUISIÇÃO DE DOCES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE DESCANSO, POR OCASIÃO DA PÁSCOA, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1312/2014 E PROJETO "VI TRILHA DA PÁSCOA, SABOR E SABER", SENDO 144 CX BOMBONS SORTIDOS (SABORES DIVERSOS), RECHEIO CREMOSO, WAFFER CROCONTE E COBERTO COM CHOCOLATE, CAIXA COM NO MÍNIMO 310 GRAMAS, EMBALAGEM ILUSTRATIVA, EMBALADO COM PAPEL DE PRESENTE RETRATANDO MOTIVOS INFANTIS. Marca: LEMBRANÇAS, COM RECURSOS PRÓPRIOS. (Licitação Nº : 14/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1187	24/03/2015	DALTOE EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP	1.804,22	1.804,22	1.804,22	PELA DESPESA EMPENHADA, REF AQUISIÇÃO DE DOCES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE DESCANSO, POR OCASIÃO DA PÁSCOA, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1312/2014 E PROJETO "VI TRILHA DA PÁSCOA, SABOR E SABER", SENDO 278 CX BOMBONS SORTIDOS (SABORES DIVERSOS), RECHEIO CREMOSO, WAFFER CROCONTE E COBERTO COM CHOCOLATE, CAIXA COM NO MÍNIMO 310 GRAMAS, EMBALAGEM ILUSTRATIVA, EMBALADO COM PAPEL DE PRESENTE RETRATANDO MOTIVOS INFANTIS. Marca: LEMBRANÇAS, COM RECURSOS PRÓPRIOS. (Licitação Nº : 14/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	486	30/01/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	Pela despesa empenhada, referente serviços de operacionalização de programas de estágio de estudantes em atendimento ao Convênio CIEE, com base na Lei Municipal nº634/2005 de 28/12/05, ref.01/2015(TAMARA SILVESTRI).
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	838	27/02/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	Pela despesa empenhada, referente serviços de operacionalização de programas de estágio de estudantes em atendimento ao Convênio CIEE, com base na Lei Municipal nº634/2005 de 28/12/05, ref.02/2015(TAMARA SILVESTRI).
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1511	31/03/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	Pela despesa empenhada, referente serviços de operacionalização de programas de estágio de estudantes em atendimento ao Convênio CIEE, com base na Lei Municipal nº634/2005 de 28/12/05, ref.03/2015(TAMARA SILVESTRI).

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Descanso	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1872	30/04/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	Pela despesa empenhada, referente serviços de operacionalização de programas de estágio de estudantes em atendimento ao Convênio CIEE, com base na Lei Municipal nº634/2005 de 28/12/05, ref.04/2015(TAMARA SILVESTRI).
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2260	29/05/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	Pela despesa empenhada, referente serviços de operacionalização de programas de estágio de estudantes em atendimento ao Convênio CIEE, com base na Lei Municipal nº634/2005 de 28/12/05, ref.05/2015(TAMARA SILVESTRI).
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2777	30/06/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	Pela despesa empenhada, referente serviços de operacionalização de programas de estágio de estudantes em atendimento ao Convênio CIEE, com base na Lei Municipal nº634/2005 de 28/12/05, ref.06/2015(TAMARA SILVESTRI).
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3260	31/07/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	Pela despesa empenhada, referente serviços de operacionalização de programas de estágio de estudantes em atendimento ao Convênio CIEE, com base na Lei Municipal nº634/2005 de 28/12/05, ref.07/2015(TAMARA SILVESTRI).
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3683	31/08/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	Pela despesa empenhada, referente serviços de operacionalização de programas de estágio de estudantes em atendimento ao Convênio CIEE, com base na Lei Municipal nº634/2005 de 28/12/05, ref.08/2015(TAMARA SILVESTRI).
TOTAL						3.074,78	3.074,78	3.074,78	

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e Transf de	361	1185	24/03/2015	DALTOE EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP	3.796,65	3.796,65	3.796,65	PELA DESPESA EMPENHADA, REF AQUISIÇÃO DE DOCES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE DESCANSO, POR OCASIÃO DA PÁSCOA, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Descanso	Impostos: Educação								1312/2014 E PROJETO "VI TRILHA DA PÁSCOA, SABOR E SABER", SENDO 585 CX BOMBONS SORTIDOS (SABORES DIVERSOS), RECHEIO CREMOSO, WAFFER CROCONTE E COBERTO COM CHOCOLATE, CAIXA COM NO MÍNIMO 310 GRAMAS, EMBALAGEM ILUSTRATIVA, EMBALADO COM PAPEL DE PRESENTE RETRATANDO MOTIVOS INFANTIS. Marca: LEMBRANÇAS, COM RECURSOS PRÓPRIOS. (Licitação Nº : 14/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4351	30/10/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	Pela despesa empenhada, referente serviços de operacionalização de programas de estágio de estudantes em atendimento ao Convênio CIEE, com base na Lei Municipal nº634/2005 de 28/12/05, ref.10/2015(DANIELA GZEBIELUCKAS).
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4719	30/11/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	Pela despesa empenhada, referente serviços de operacionalização de programas de estágio de estudantes em atendimento ao Convênio CIEE, com base na Lei Municipal nº634/2005 de 28/12/05, ref.11/2015(DANIELA GZEBIELUCKAS).
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5049	31/12/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-SC	42,00	42,00	0,00	Pela despesa empenhada, referente serviços de operacionalização de programas de estágio de estudantes em atendimento ao Convênio CIEE, com base na Lei Municipal nº634/2005 de 28/12/05, ref.12/2015(DANIELA GZEBIELUCKAS).
TOTAL						3.922,65	3.922,65	3.880,65	

Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

A - RECURSOS VINCULADOS										
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)					SUPERÁVIT/ DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	COM RPPS	DO RPPS	AJUSTE RPPS	EXCLUÍDO RPPS	
00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
01	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
02	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
03	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
04	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
05	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
06	77.468,00	475,20	11.755,20	0,00		65.237,60	0,00		65.237,60	SUPERAVIT
07	702,64	0,00	0,00	0,00		702,64	0,00		702,64	SUPERAVIT
08	16.398,82	0,00	4.855,45	78.473,03		-66.929,66	0,00		-66.929,66	DÉFICIT
09	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
10	6.146,94	0,00	435,00	0,00		5.711,94	0,00		5.711,94	SUPERAVIT
11	2.353,52	0,00	0,00	0,00		2.353,52	0,00		2.353,52	SUPERAVIT
12	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
18	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
19	2.494,58	0,00	2.494,58	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
31	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
32	40.313,41	0,00	0,00	0,00		40.313,41	0,00		40.313,41	SUPERAVIT
33	32.756,82	0,00	0,00	132.686,37		-99.929,55	0,00		-99.929,55	DÉFICIT
34	215.378,08	0,00	0,00	803.627,24		-588.249,16	0,00		-588.249,16	DÉFICIT
35	37.464,03	31,00	4.775,99	0,00		32.657,04	0,00		32.657,04	SUPERAVIT
36	10.993,44	0,00	0,00	0,00		10.993,44	0,00		10.993,44	SUPERAVIT



A - RECURSOS VINCULADOS											
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)					SUPERÁVIT/ DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	COM RPPS	DO RPPS	AJUSTE RPPS	EXCLUÍDO RPPS		
37	7.727,86	0,00	19.683,71	0,00		-11.955,85	0,00		-11.955,85	DÉFICIT	
38	205.414,20	0,00	35.256,00	135,00		170.023,20	0,00		170.023,20	SUPERAVIT	
39	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	
40	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	
41	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	
42	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	
61	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	
62	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	
63	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	
64	157.181,57	0,00	0,00	294.955,34		-137.773,77	0,00		-137.773,77	DÉFICIT	
65	27.077,74	0,00	0,00	0,00		27.077,74	0,00		27.077,74	SUPERAVIT	
66	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	
67	82.168,14	0,00	24,50	0,00		82.143,64	0,00		82.143,64	SUPERAVIT	
68	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	
80	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	
81	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	
82	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	
83	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	
84	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	
85	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	
86	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	
87	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	

A - RECURSOS VINCULADOS											
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)					SUPERÁVIT/ DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	COM RPPS	DO RPPS	AJUSTE RPPS	EXCLUÍDO RPPS		
88	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	
89	5.164,16	0,00	0,00	0,00		5.164,16	0,00		5.164,16	SUPERAVIT	
93	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT	
T.	927.203,95	506,20	79.280,43	1.309.876,98	0,00	-462.459,66	0,00	0,00	-462.459,66		

B RECURSOS ORDINÁRIOS							
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)		SUPERÁVIT/DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA AJUSTADA	
0	457.166,18	70.145,73	359.762,80	316.886,08		-289.628,43	DÉFICIT
1	1.698,56	16.981,90	41.538,10	1.057,08		-57.878,52	DÉFICIT
2	9.002,78	11.417,26	218.895,15	17.584,92		-238.894,55	DÉFICIT
T.	467.867,52	98.544,89	620.196,05	335.528,08	0,00	-586.401,50	